

“Não assino meu nome porque não quero me meter em bolo”: ingredientes, interseções e fricções da classe trabalhadora – Salvador, BA (1957)

Lucas Porto Marchesini Torres

Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Paraná, Brasil

Recebido em: 12 jul. 2024

Aprovado em: 24 maio 2025

Publicado em: 21 nov. 2025

Resumo

O artigo oferece a análise de um processo crime decorrente da queixa de um furto ocorrido na fábrica Boa Viagem, em Salvador (BA), e possui três objetivos principais: (1) examinar os componentes das culturas de classe dos trabalhadores (interações, tolerância e incômodos, gostos e hábitos); (2) demonstrar como suas identificações e rejeições mútuas se sustentam em múltiplos valores, que nem sempre se combinam harmonicamente; (3) analisar a influência de inúmeras segmentações de classe, gênero, cor, qualificação profissional etc., no cotidiano dos trabalhadores. O texto se inspira nos métodos micro-históricos e na historiografia trabalho para dialogar com o conceito de interseccionalidade. Com isso, se pretende demonstrar que as classes sociais se formam a partir de constantes interações verticais e horizontais, apresentando simultaneamente coesões e oposições também.

Palavras-chave: Trabalhadores. Marcadores Sociais de Diferença. Interseccionalidade. Fontes Criminais.

A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos: 2017/01705-9; 2019/16210-0) e se beneficiou de comentários de colegas e professores do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Unicamp).

* Professor Adjunto na Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Departamento de História. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas; Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná; graduado em História pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: lucaspmt@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3352-7434>

 <http://lattes.cnpq.br/6603638109968384>

“I don’t sign my name because I don’t want to get involved”: ingredients, intersections and frictions of the working class – Salvador, BA (1957)

Lucas Porto Marchesini Torres

Federal University of Paraná
Curitiba, Paraná, Brazil

Received: 12th July 2024

Approved: 24th May 2025

Published: 21st Nov. 2025

Abstract

This article analyzes a criminal case resulting from a theft complaint at the Boa Viagem factory in Salvador (BA). It has three main objectives: (1) to examine the components of the workers’ class cultures (interactions, tolerance and discomfort, tastes and habits); (2) to demonstrate how their mutual identifications and rejections are based on multiple values, which do not always combine harmoniously; (3) to analyze the influence of numerous segmentations of class, gender, color, professional qualification, etc., in the daily lives of workers. The text is inspired by micro-historical methods and labor historiography to engage with the concept of intersectionality. In this way, it aims to demonstrate that social classes are formed from constant vertical and horizontal interactions, simultaneously presenting cohesion and opposition as well.

Keywords: Workers. Social Markers of Difference. Intersectionality. Criminal Sources.

The research that resulted in this paper was funded by the São Paulo Research Foundation (FAPESP) (Processes: 2017/01705-9; 2019/16210-0) and benefited from comments from colleagues and professors at the Center for Research in Social History of Culture (Unicamp).

* Adjunct Professor at the Federal University of Paraná, Humanities Sector, Department of History. PhD in Social History from the State University of Campinas; MA in History from the Federal University of Paraná; BA in History from the Federal University of Bahia. Email: lucaspmt@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3352-7434>

 <http://lattes.cnpq.br/6603638109968384>

"Vevé, só eu sei que você roubô o dinheiro", acusava um bilhete anônimo remetido a Everaldo, funcionário da fábrica de tecidos Boa Viagem, na península de Itapagipe, um arrabalde da capital baiana. Manuscrito com caligrafia bem desenhada, o bilhete intimava: "Estou lhe esperando na entrada do Caminho de Areia a 9 e meia em ponto. Se você não vim conversar comigo eu vou alarmá a polícia".¹ Everaldo Cardim (solteiro, sem prole, 21 anos, auxiliar de escritório, com instrução, sem cor indicada) mostrou o papel a vários colegas do escritório e, enquanto o bilhete era lido por Eunice Souza (solteira, sem filhos, 26 anos, com instrução, cor branca), o chefe imediato de ambos tomou-o das mãos da mulher demonstrando espanto, como ela contou adiante na delegacia.² Ficando com o bilhete para si, o gerente Luiz Carlos Drumond (engenheiro, casado, quatro filhos, 47 anos, branco) mandou Everaldo comparecer ao encontro, mas o trabalhador exigiu que o superior providenciasse um policial para acompanhá-lo, a fim de que "fosse detida a pessoa suposta autora da carta" – "o que não fez", reclamaria mais tarde Everaldo.³ À vista de seus colegas do escritório – majoritariamente "brancos" –, o bilhete foi o segundo constrangimento que Everaldo experimentou naquela manhã, intimidado, mas não silenciado.

Dez dias depois, em 5 de outubro de 1957, uma queixa foi registrada na polícia denunciando o furto de aproximados setenta e quatro mil cruzeiros de uma mesa do setor de pessoal da Boa Viagem. Seu autor foi o gerente Luiz Carlos, que listou quinze empregados envolvidos no caso sem indicar Everaldo. Durante as investigações, primeiro sob ordens da gerência e depois sob critérios policiais, gente de toda a hierarquia da fábrica foi ouvida: do porteiro ao presidente da Empório Industrial do Norte, companhia proprietária da Boa Viagem, que havia sido uma das maiores empresas têxteis do Nordeste e das primeiras a construir uma vila operária para seus trabalhadores, ocorrência rara na Bahia (Pamponet, 1975; Correia, 1998, p. 317-320). Mas, ampliando as suspeitas do gerente Luiz Carlos, as testemunhas ouvidas pela polícia registraram sem inibição boatos que escutavam e reproduziam: o crime só podia ter sido cometido por "gente grande", chamados "ratos de gravatas" e tratados como "os de cima", termo usado no chão da fábrica para designar além de diretores e chefes, alguns funcionários também – ou seja, gente da classe trabalhadora.

Além das conhecidas distinções entre patrões e empregados, entre os quais se colocaram agentes de polícia, o caso revela marcantes valores e segmentações dos mundos

1 Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciária. *Bilhete*, s/d. Autos Criminais 205-167-2, fls. 81. Doravante "Autos 205-167-2", seguido da numeração das folhas.

2 APEB. *Depoimento Eunice Souza*, 6 nov. 1957. Autos 205-167-2, fls. 47.

3 APEB. *Depoimento de Everaldo Cardim*, 24 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 36-38. Fonte usada no parágrafo seguinte.

do trabalho soteropolitano. As informações registradas nos autos desta investigação indicam que o escritório da Boa Viagem era um espaço ocupado majoritariamente por homens "brancos", de meia idade e com relativa ou avançada instrução, destoando do restante da fábrica, composto por um operariado preto e pardo, de maioria feminina. Além disso, quase todos os envolvidos no caso residiam na vila mantida pela fábrica, e, a julgar pela condição de moradia de outros trabalhadores da cidade numa década de grave crise habitacional (Mattedi, 1979; Gordilho, 1990; Silva, 2002), ela era um local dos mais aprazíveis e bem estruturados ao alcance da classe trabalhadora, um elemento crucial para entender os termos das negociações e o teor dos conflitos descritos neste artigo.

No decorrer das investigações sobre o fruto, um bilhete anônimo com muitas acusações chegou à direção da Boa Viagem e sintetiza muitas das intenções aqui perseguidas: "Não *asino* meu nome *porq*e não quero me meter em bolo", escreveu seu autor, inspirando o título do artigo e, como se verá, dando amostras cristalinas do quão complexo era o "bolo" da classe trabalhadora de Salvador, no qual este sujeito vivia completamente inserido, mas tentando evitar problemas. O artigo possui três objetivos principais: (1) examinar os componentes das culturas de classe dos trabalhadores em Salvador: seus modos de vida, sua tolerância e incômodos, gostos e hábitos – são os "ingredientes" mencionados no título; (2) demonstrar como suas identificações e rejeições mútuas se sustentam em múltiplos valores, que nem sempre se combinam harmonicamente – as aludidas "fricções"; (3) analisar a influência de inúmeras segmentações de classe, gênero, cor, qualificação profissional etc. no cotidiano dos trabalhadores – razão das "interseções" do título.

As experiências demonstradas a seguir resultam da justaposição entre a vida privada e profissional de trabalhadores fabris e permitem perceber o entrelaçamento de variados marcadores sociais. As vozes registradas no episódio em tela refletem critérios de identificação, classificação e discriminação social forjados entre os trabalhadores de Salvador e convergem para um debate que não é novo: marcadores sociais de diferença, sem qualquer determinante exclusivo e imutável (como racismo, sexismo, letramento, etarismo ou qual seja), se manifestando conjunta ou separadamente, reproduzem desigualdades e traduzem divergências de interesses entre membros de uma mesma classe social, sendo, por isso, elementos relevantes na sua constituição (Collins, 1989; Biroli; Miguel, 2015). Nas próximas páginas não se verá qualquer intenção de sugerir a preponderância de algum desses marcadores sobre outro, mas uma análise de sua manifestação conjunta, como orientam as fontes aqui examinadas.

Segundo Verena Stolcke (2006) e Cecilia Sardenberg (2015), mais que pensar em instrumentos conceituais que permitam identificar e analisar o intercruzamento de estruturas de privilégio e opressão, é preciso entender os sentidos entrecortados de conceitos como raça, classe, gênero, termos que precisam ser conectados ao sentido que os sujeitos estudados lhes atribuem, expressando como eles lidam com as identificações e exclusões que experimentam – uma sugestão que orienta este artigo. O olhar que Antônio Sérgio Guimarães e Michel Agier (1990) lançaram sobre as diferenças entre técnicos e peões na indústria baiana

dos anos 1980 também foi crucial para os argumentos aqui apresentados. Eles notaram que aqueles trabalhadores delimitavam sua identidade através de uma série de distinções, rejeições e violências simbólicas e recíprocas, capazes de diferenciá-los entre si a partir de três domínios principais: a família, a residência e as representações de cor – ambientes e relações fartamente percebidos nas fontes a seguir analisadas. O exame que estes autores realizaram sobre a vida dos trabalhadores, suas representações simbólicas e suas formas de identificação social evidencia uma identidade construída em conflito consigo mesma e não só com o outro – seja o patrão ou o trabalhador, o branco ou o negro, a mulher ou o homem, o peão ou o técnico. Neste artigo, além das proverbiais diferenças de classe, se verá os acertos e os desacertos que marcam as relações dos trabalhadores entre si, com chefes, policiais e patrões – um verdadeiro “bolo”.

Um processo crime como via de acesso aos mundos do trabalho

Após analisar centenas de autos policiais, Boris Fausto (1984, p. 22-24) percebeu que para pessoas das classes populares, “o aparelho policial e judiciário representa uma perigosa máquina, movimentada segundo regras que lhe são estranhas”, motivo de temor e inibição. Para ele, nas delegacias, os trabalhadores apenas discorrem sobre o que lhe é perguntado pelas autoridades e sua palavra é cortada quando a narrativa, “a critério das autoridades”, escapa aos interesses da investigação. A fala de depoentes, que não raro são suspeitos, precisa se ajustar “ao padrão de identidades sociais vigentes”, principalmente o de “bom trabalhador”, por isso, “falar o menos possível pode parecer a tática mais adequada”. Mas não foi isso que aconteceu durante as audições sobre o furto na Boa Viagem, quando as testemunhas falaram bastante, extrapolando os termos da investigação, às vezes até estimulados pela autoridade policial.

Tal diferença ilustra as peculiaridades do processo crime que projetou este episódio para as lentes da pesquisa histórica: o furto no escritório da Boa Viagem não colocou a polícia no encalço de bandidos contumazes, mas de funcionários bem colocados numa grande fábrica de Salvador, inclusive um gerente – suspeitíssimo. Essa fonte descreve uma pequena elite operária em termos diversos: salário, condições de trabalho e residência, cor da pele, gênero, níveis de instrução e qualificação, *status* profissional, mas, em salutar acréscimo, também guarda resíduos da vida de trabalhadores menos qualificados, menos instruídos, que residiam fora e bastante afastados da vila, e que tinham a cor da pele preta ou parda. Conhecer o conjunto de relações tecido por sujeitos com diferenças e aproximações tão marcantes contribui para a compreensão da trama heterogênea de intersecções que se forma nos mundos do trabalho, ora ampliando, ora amenizando diferenças variadas.

Os depoimentos encontrados no processo, além de flagrar aspectos valiosos daquele cotidiano fabril, possuem uma peculiaridade destacável: ao tentarem se desvincular do furto investigado pela polícia, e antes por patrões, os trabalhadores descreveram uma realidade

com a qual estavam habituados a viver e contra a qual não insinuavam qualquer indisposição ou rebeldia. Para se desvincular do furto (ocorrido entre 21 e 23 de setembro de 1957, um sábado e uma segunda-feira), alguns deles insinuaram acesso privilegiado a setores da fábrica, disposição para trabalho extra, zelo com regras da empresa, mas também reconheceram pequenos desvios e registraram reclamações. Depoimentos em delegacias, como indica Arlette Farge (2022, p. 91), “lançam luz sobre os lugares onde o indivíduo trava relações pacíficas ou tumultuadas com outros grupos sociais, preservando suas liberdades e defendendo suas autonomias”, assim, as histórias que esses registros contam abalam as certezas adquiridas sobre desigualdades das interações sociais, uma vez que:

Há mil maneiras de responder quando se é interrogado: todas revelam que o abrigo precário, proporcionado pelas palavras com as quais cada um constrói sua defesa, se organiza necessariamente entre as estruturas de poder existentes e os hábitos contemporâneos de explicação e de descrição de fatos. No momento necessário, com pavor ou resignação, essas vidas nem grandes nem pequenas, que se veem frente a frente com a história por meio do universo policial, inventam respostas enigmáticas ou incisivas, frutos de sua improvável inserção no sistema social (Farge, 2022, p. 34).

A voz dos sujeitos que se envolveram no furto, voluntariamente ou não, são fragmentos de sua inserção no mundo e abrem janelas para se perceber os limites de sua tolerância ante a exploração com que conviviam.

O escritório da Boa Viagem ficava no seu segundo andar e era um local onde os trabalhadores tinham trânsito restrito. Um chefe de seção, por exemplo, poderia subir ali para pegar os pagamentos de seus subordinados, mas eles eram pagos no andar de baixo – se fossem convocados a comparecer no escritório, decerto iriam com alguma apreensão, temendo reprimendas ou o pior.⁴ Por outro lado, a operária Maria (solteira, sem prole, 24 anos, com instrução, branca) trabalhava na sala de fazendas no térreo e era habitualmente convidada pelo funcionário João Ataíde (casado, sem prole, 57 anos, com instrução, branco) para ajudá-lo na organização de pagamentos. Maria tinha prerrogativas que facilitavam seu acesso ao escritório: era filha de operários, irmã da já mencionada funcionária Eunice e residia havia décadas na vila operária junto com a família. Diferente de João Ataíde – homem, mais velho, casado, com posto superior e também morador da vila –, Maria era operária, jovem e solteira, o que poderia gerar uma relação no limiar entre afeições e assédios.⁵ Com trânsito nos dois pavimentos, Maria contou ter ouvido “comentários de operários devido a vigilância

4 APEB. *Depoimento de José da Glória, 16 out. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 26.

5 APEB. *Depoimento de Maria Souza, 12 out. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 22. Fonte usada no parágrafo seguinte.

que fazem sobre os mesmos quando eles entram com marmitas" e, incomodados com isso, sugeriam que a direção devia "botar, agora, cordas na escada que dá acesso ao departamento do pessoal". Ou seja, para oficializar a sentinela constante que os afligia, alguns trabalhadores preferiam a vedação total do escritório, uma segurança para eles.

Sua irmã Eunice, por sua vez, sabia que precisava demonstrar firmeza ao depor, afinal, o dinheiro furtado estava trancado à chave na sua gaveta e foi retirado dali sem qualquer sinal de arrombamento – embora houvesse outras chaves que abriam sua mesa, como era corrente entre funcionários do setor.⁶ Eunice contou que no sábado, após efetuar pagamentos de alguns trabalhadores, voltou para casa por volta das quatorze horas, mas não demorou para que um colega da contabilidade batesse à sua porta intercedendo pelo pagamento fora de hora para uma operária. Ela contou que sequer saiu à porta, apenas "mandou dizer a ele por seu irmão de que não voltaria ao emprego naquele dia", acrescentando que "não trazia para sua residência envelopes contendo importâncias para pagamento de operários". E acrescentou taxativamente ao comissário: "Fez essa advertência ao seu irmão em virtude deste [...] ter-lhe feito a pergunta de que se ela trazia envelopes com dinheiro para casa".⁷

De acordo com uma diretriz patronal, apenas famílias que possuíam dois membros empregados na Boa Viagem poderiam residir na vila a fim de garantir que os trabalhadores vivessem num clima de autovigilância, uma vez que o comportamento de um membro da família poderia colocar em risco o emprego e a moradia de todos (Santos, 2010, p. 123). Por isso Eunice não se descuidava diante do policial, do colega de trabalho e até de seu irmão incauto: sua postura séria e diligente precisava ser constantemente afirmada – mas nem assim ela escaparia de outras suspeitas, como logo se verá. Filhas de um casal de operários, as irmãs Eunice e Maria cresceram na vila, por isso seus depoimentos são sintomáticos dos valores que pautavam comportamentos de seus moradores para muito além do furto que se investigava.

José Calazans (casado, dois filhos, 35 anos, com instrução superior, branco) chefiava a contabilidade e era um dos funcionários com melhor remuneração na Boa Viagem.⁸ Diferente das irmãs Maria e Eunice, ele não residia na vila, mas fora dela, numa casa maior garantida pela fábrica, onde também estava sujeito a convocações inesperadas. No mesmo sábado em que Eunice foi solicitada fora de hora por um colega, Calazans repousou em casa um pouco antes

6 APEB. *Depoimentos de Nelito Neves, 9 out. 1957, José da Glória, 16 out. 1957, e João de Souza Gomes, 26 out. 1957.* Autos 205-167-2, fls. 10-11, 26 e 39.

7 APEB. *Depoimento de Eunice Sousa, 6 nov. 1957.* Autos 205-167-2, fls. 47.

8 CEDOC/UEFS, FLP, cx. 17. *Documento "Pessoal mensalista", maio 1959.*

de Eunice, ao meio-dia, mas logo foi chamado ao telefone "para um entendimento" e retornou à fábrica sem reclamar ao comissário – aos olhos de quem não pareceu suspeito.⁹

Outra testemunha foi o funcionário Nelito Neves (casado, dois filhos, 37 anos, com instrução, branco), que residia na vila, era auxiliar de contabilidade e trabalhava aos domingos, dias santos e feriados, esclarecendo que para isso recebia pagamento extraordinário – o que ele registrou espontaneamente, talvez com orgulho e distinção. Nelito contou que precisou deixar o escritório no sábado por duas horas, "tendo necessidade de sair para levar na residência do diretor, João Tarquínio, um engradado de cerveja que ele havia mandado comprar".¹⁰ Ele não foi alvo de suspeitas patronais nem da polícia e sua história na Boa Viagem revela o oposto disso: Nelito tinha dezoito anos quando começou a trabalhar ali, como aprendiz de fiador, e trinta e cinco anos depois, na década de 1970, se aposentou como tesoureiro geral, reputando à gestão de João Tarquínio os últimos grandes dias da companhia (Celestino, 2004). Os longos anos de serviço e as significativas promoções deste trabalhador mostram que sua trajetória ascendente não dispensou serviços manuais, mesmo quando ele já trocava os teares por funções contábeis, ao gosto do patrão, que lhe encomendava a pesada compra de cervejas, e talvez sem contrariar o seu, que, apesar do fardo, poderia dispor de mais proximidade com o chefe, podendo conquistar sua simpatia e quem sabe até ser convidado para um copo.

Além da possibilidade de controle patronal, a vila era também um espaço para entendimentos entre seus moradores. Domingos de Almeida (casado, quatro filhos, 45 anos, com instrução, pardo) era escriturário da fábrica e não residia nela, mas bem perto, no Bonfim. No único dia de descanso de que dispunha, o domingo, ele esteve na Boa Viagem "a fim de apanhar a sua carteira profissional [...] para levá-la para a residência do senhor João Ataíde, onde iria fazer uma petição para o seu alistamento como eleitor". Domingos tinha 45 anos e estava solicitando ajuda do bem relacionado João Ataíde, que morava na vila e intermediava diversos contatos por ali, às vezes importunando colegas com pedidos inconvenientes, como fez com Eunice, às vezes ajudando-os.¹¹

Alguns trabalhadores menos qualificados do escritório, que também gozavam da prerrogativa de residir na vila, podiam transitar entre ela e a fábrica fora do expediente. O contínuo José Vasconcelos (casado, sem prole, 38 anos com instrução, branca, apelido Zeca) se disse habituado a "todos os domingos, dias santos e feriados ir ao escritório para fazer o asseio [...] encher os filtros e arrecadar as toalhas usadas", acrescentando que o fazia sem pagamento extra – distinção marcante entre ele e Nelito, remunerado pelo trabalho extra nos

9 APEB. *Depoimento de José Calazans*, 19 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 30.

10 APEB. *Depoimento de Nelito Neves*, 9 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 10-11.

11 APEB. *Depoimento de Domingos Almeida*, 9 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 12-13.

finais de semana.¹² Zeca disse ter-se avistado dentro da fábrica com Nelito no domingo e pediu-lhe, sem sucesso, dez cruzeiros emprestados. Antes de voltar para casa, ele confessou que "apanhou um pacote de café de um quilo que havia sobrado", reconhecendo que sempre fazia isso. Apesar do constrangimento que pode ter lhe causado a confissão de suas necessidades mais miúdas, seu depoimento mostra que ele se sentia autorizado àquilo por sua própria moral ou por algum funcionário que reconhecia sua condição precária, embora não arrancasse empréstimos de Nelito – pouco depois do furto, registros da fábrica indicam que Nelito recebia dez mil cruzeiros mensais, enquanto serventes e contínuos recebiam Cr\$ 4.500.¹³ Zeca chegou a ser procurado pela polícia, mas não se tornou suspeito nem parece ter sofrido qualquer represália patronal – e esse é um nome que não deve ser esquecido para o bem do que contam as próximas páginas.

Outra fala reveladora que consta do processo – igualmente destacada para o que virá – é a do porteiro Waldomiro Reis (solteiro, sem prole, 20 anos, com instrução, preto).¹⁴ O comissário quis saber se ele tinha ordem para fiscalizar embrulhos que os funcionários transportavam e Waldomiro explicou:

Tinha ordem apenas do gerente da fábrica [...] para fiscalizar os volumes que os operários conduzissem [...] que com referência aos funcionários do escritório quer de categoria quer simples serventes ou contínuos, nenhuma ordem recebera para vigiar os volumes que eles levassem quando saíssem.

Seu depoimento confirma que havia marcante diferenciação de *categoria* mesmo entre os "de cima" da Boa Viagem. Portanto, aos olhos dos "de baixo", é possível que nem todos fossem "ratos de gravatas", como os boatos espalhavam depois do furto. Mesmo assim, quer de categoria ou não, os de cima tinham a prerrogativa de contornar o olhar vigilante do porteiro, diferenciando-se dos demais trabalhadores, que se submetiam à verificação de seus pertences por um jovem trabalhador preto – que, claro, podia ser mais ou menos rigoroso, de acordo com critérios pessoais que não seriam confessados nem ao policial nem aos patrões.

Mas Waldomiro não apenas respondeu às questões do comissário: ele andava descontente com uma nova escala de trabalho e queixou-se dela mais de uma vez. "Não gostando de trabalhar aos domingos à tarde pelo fato de querer se divertir", reclamou, ele tinha que trocar turnos com um colega, pois "gosta de passear aos domingos", insistiu. Essa era uma informação que não interessava ao policial, mas ele se permitiu ouvir e registrá-la.

12 APEB. *Depoimento de José Vasconcelos*, 9 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 8.

13 CEDOC/UEFS, FLP, cx. 17. *Documento "Pessoal mensalista"*, maio 1959.

14 APEB. *Depoimento de Waldomiro Reis*, 16 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 27-8. Fonte usada no parágrafo seguinte.

Waldomiro tinha vinte anos recém completados e talvez por isso estava ali assistido pelo pai – para conter arroubos de sua juventude ou para protegê-lo de eventuais excessos policiais. Sob lentes microscópicas, a afirmação de sua queixa chama atenção por ser uma fala bastante espontânea de um jovem contrariado com sua escala de trabalho e contra a qual ele protestava a seu modo, revelando uma pequena fração de sua agência – literalmente uma questão de escala. Outra característica que Waldomiro ostentava era sua cor da pele, que não escapou às lentes da polícia, que o classificou como preto, nem de seus colegas de trabalho – assunto para logo mais.

Na polícia, onde circunstancialmente se viram até salvaguardados em alguns direitos, como o de serem ouvidos, esses trabalhadores não se insubordinaram contra patrões. Ali, eles não eram queixosos de primeira hora, nem estavam dispostos em bloco contra seus superiores, apesar de não terem escondido suspeitas contra o gerente e alguns incômodos menores. Mas para se desvincularem do “bolo” no qual não queriam se meter, eles descreveram uma realidade que haviam interiorizado e que muitas vezes aceitavam, mas não gratuitamente, nem que fosse por algum pagamento extra ou um punhado de café. Se fossem queixosos na Justiça do Trabalho, por exemplo, seus depoimentos seriam bem diferentes: decerto computariam expedientes sem remuneração, serviço aos domingos e dias santos, denunciariam desvios de função, assédios ou abusos de autoridade, e eles seriam considerados casos excepcionais – talvez exemplos heroicos de resistência. Mas em um processo no qual a disposição para confronto não dava o tom da narrativa, os depoimentos assumiram outros contornos. “Por trás das palavras expostas nos autos”, analisa Arlette Farge (2022, p. 35), contribuindo para o que os depoimentos citados revelam,

Pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades. Para isso, apropria-se, de forma bem-sucedida ou não, do vocabulário dominante, e tenta ser ao mesmo tempo o eco inteligível daquilo que pode permitir que o considerem inocente ou o menos culpado possível.

Ora com intenções defensivas, ora como meros narradores de um cotidiano entre o escritório, a fábrica e a vila, esses trabalhadores revelaram importantes detalhes da sobreposição de suas vidas privada e profissional, convergindo para o padrão que Leite Lopes (1988) identificou no modelo de fábrica com vila operária. Noutras ocasiões e sob influência de critérios variados – como se verá ao longo deste artigo – eles poderiam ser muito mais combativos.

Contudo, o “bolo” que resulta nessas páginas não começou com a queixa registrada pelo gerente Luz Carlos na delegacia. Antes de a polícia entrar no caso, ele investigou o furto por conta própria e com aval dos diretores, suspeitando de dois trabalhadores que sofreram uma devassa em suas casas. O tratamento que eles receberam é sintomático de suas singularidades

bem como das diferenças que guardavam entre si e com os demais trabalhadores do escritório, quer de categoria ou não.

Suspeitas e investigações patronais

O servente João Gomes (três filhos, 26 anos, com instrução, pardo) tinha apenas quatro meses de trabalho na Boa Viagem e no sábado do furto ele pegou o serviço às sete da manhã e só o encerrou às cinco da tarde, tendo que se apressar para chegar à Estação da Calçada, onde tomaria o trem das dezoito horas rumo a Alagoinhas. Perguntado, explicou ao comissário – um homem com alguma sensibilidade trabalhista –, que não tinha endereço certo, porque durante a semana pernoitava na casa de uma irmã, no bairro da Liberdade, e nos finais de semana viajava de trem para o município de Dias D’Ávila. Ou seja, além de trabalhar muito mais que alguns funcionários (Eunice e José Calazans encerraram suas jornadas na hora do almoço), naquele sábado João tinha que se deslocar para outra cidade. Sensível às entrelinhas da informação, o comissário quis saber onde João morava: “Em casa própria, ou de aluguel ou ainda em casa de algum seu conhecido?”, e o servente explicou que residia “em um quarto em uma chácara de propriedade de dona Alzira Costa”, onde sua esposa trabalhava havia dois anos. O comissário sabia que Alzira Costa era cunhada do gerente Luiz Carlos e insistiu: “Mora nesse quarto de favor ou é empregado da proprietária da chácara?”, no que João respondeu que era “encarregado de tomar conta da chácara e que a sua mulher é quem recebe uma gratificação de cento e cinquenta cruzeiros”. Segundo João, ele se empregou na Boa Viagem “a pedido de dona Alzira”. Na manhã em que teve notícia do furto – ou quando o gerente fingiu tê-lo descoberto –, Luiz Carlos foi até a chácara em companhia de um investigador de polícia para interrogar a esposa do servente e remexer o cômodo em que residia o casal, mas nada encontraram ali.¹⁵

O depoimento de João mostra que ele era “agregado” na chácara, onde também prestava alguns serviços sem remuneração para poder dividir um cômodo com a esposa. Ali, homem e mulher lidavam com a instabilidade das relações de trabalho que lhes garantiam o mínimo para sua sobrevivência, negociando a moradia e o emprego de ambos, afinal, talvez João pudesse ser dispensado a pedido da mesma pessoa que o colocou nele. Isso visivelmente lhe impunha a aceitação de excessos flagrantes, como ter a intimidade vasculhada ao arrepio das leis.

No universo laboral de Salvador das décadas seguintes, Guimarães e Argier (1990, p. 51-68) perceberam a ocorrência de arbitrariedades por parte da autoridade fabril, que segundo eles “na prática, não encontra limites legais”, e que as formas de ingresso nas fábricas, considerando seus diferentes postos, é uma chave para explicar alguns excessos e distinções

15 APEB. *Depoimento de João Gomes, 26 out. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 39.

– bem como a tolerância compulsória a elas. Para os autores, amizade, familiaridade ou apadrinhamentos – de fato ou de “de consideração”, e com reciprocidade desigual – são elementos que subordinam os trabalhadores das grandes empregadoras ao poder de patrões e patronos. Se nos anos 1980, quando a indústria petroquímica parecia ter “modernizado” a economia local e suas relações de trabalho, esse panorama de relações desiguais e instáveis ainda se mantinha, trinta anos antes as arbitrariedades patronais incidiam com força ainda maior sobre os trabalhadores. Toda a disposição de João para extensa jornada de trabalho não era suficiente para livrá-lo dos excessos e da desconfiança de seu superior, nem para desatá-lo dos compromissos com sua “patroa” Alzira Costa, a quem continuava prestando serviços não remunerados e devendo algum agradecimento – são as obrigações não ditas nem firmadas em contrato, mas que fazem parte do jogo (Leite Lopes, 1988, p. 17).

Não fosse a curiosidade policial, o processo não registraria indícios da precariedade da vida que levavam João e sua esposa – cujo nome é silenciado nas fontes. A rede interpessoal em que João estava inserido era sustentada por trocas bastante desiguais, mas que não deixavam de constituir espaços em que os trabalhadores garantiam conquistas mínimas, como o trabalho remunerado e a moradia por exemplo – quando a habitação, repito, era um sério problema social em Salvador. Por isso, este trabalhador não denunciou na polícia os excessos de seus superiores, afinal, não podia arriscar seus vínculos na fábrica nem na chácara. E se longe da Boa Viagem e fora da vila as autoridades fabris podiam cometer excessos e contavam até com auxílio extraoficial da polícia, dentro da vila não era diferente – ainda que nem sempre os patrões contassem com plena colaboração dos policiais, como o processo em tela também mostra.

Outro suspeito duramente investigado pelo gerente foi o auxiliar de contabilidade Everaldo, destinatário do bilhete que abriu este artigo. Everaldo residia na vila e logo que chegou à fábrica na manhã do furto – mas antes de receber o já citado bilhete –, foi convocado às falas no escritório, sendo interrogado pelo gerente Luiz Carlos e pelo mesmo investigador que fuçou o quarto de João. Na frente de todos seus colegas, o policial o acusou pelo furto e por desviar frações de pagamentos de trabalhadores. Enquanto submetiam Everaldo a um interrogatório constrangedor, o operário Eufrásio, “que também é inspetor da polícia na Boa Viagem”, explicou Everaldo, foi designado para fazer buscas na casa em que ele residia. “Sua madrinha e mãe de criação”, queixou-se indignado, “com sessenta e oito anos de idade, portadora de distúrbios cardíacos”, foi interrogada pelo investigador, “que chegou ao ponto de chamá-la de mentirosa”. Em sua casa, armários e gavetas também foram revolidos, sob olhares da vizinhança, mas nada foi encontrado.¹⁶ E se é certo que para os têxteis pernambucanos uma das situações mais humilhantes e insuportáveis era ter de prestar esclarecimentos sobre sua conduta diante de outros trabalhadores e funcionários do

16 APEB. *Depoimento de Everaldo Cardim*, 24 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 36-8. Usado nos parágrafos seguintes.

escritório (Leite Lopes, 1988, p. 345), o vexame a que Everaldo foi submetido foi com certeza uma experiência extrema.

Seu depoimento sugere que os operários da Boa Viagem não desconheciam os infiltrados a serviço dos patrões – caso do operário Eufrásio – e a vexatória inquisição que Everaldo sofreu à vista de todos, somada às buscas ilegais realizadas em sua casa, denunciavam novamente a sobreposição muitas vezes danosa das esferas profissional e privada a que estavam submetidos aqueles trabalhadores, dentro ou fora da vila. Mas na delegacia, onde não sofria intimidações, Everaldo reclamou que “a residência dos demais funcionários do escritório não foram vasculhadas pela polícia” e que “tal medida só fora tomada contra ele”. Tratando com autoridade policial legitimamente constituída, Everaldo denunciou a perseguição da qual se sentia vítima e é uma pena que não tenha detalhado as razões que a seus olhos motivaram o tratamento iníquo que ele recebeu. Diferente de João e indiferente aos excessos que este sofreu, o combativo Everaldo se engajou sozinho numa cruzada contra o gerente.

Ele contou que o gerente Luiz Carlos incluía nomes indevidos nas folhas de pagamento para depois se apropriar das quantias a pretexto de já ter adiantado tais pagamentos com recursos próprios. Resguardado, Everaldo decorara nomes e datas em que isso aconteceu e dizia ter como provar os desvios. Foi também uma exigência dele que o comissário anexasse ao processo o bilhete anônimo que recebera e que lhe havia sido tomado pelo gerente, quando fez valioso acréscimo: o presidente da Companhia, João Tarquínio, tinha consigo outros dois bilhetes acusatórios e Everaldo queria todos anexados ao processo para “agir criminalmente contra [seus] autores [...] quando ficar provado neste inquérito que ele [...] não foi o autor do furto e nem cúmplice”, garantia-se. Ele explicou suas razões: “Tem em seu poder cinquenta e cinco memorandos cujas caligrafias se assemelham [...] com as caligrafias das duas cartas”. Talvez ele pretendesse reverter sua situação no foro trabalhista ou cível, donde se percebe que a lei não parecia uma ameaça para ele, mas uma segurança e um caminho para subverter o poder privado dos patrões, como consagra a historiografia do trabalho (Negro; Gomes, 2006, p. 219-220).

A despeito de toda perseguição que enfrentou, Everaldo compareceu sozinho ao encontro ao qual era intimado no bilhete cujo autor se fazia passar por conhecido e que abriu este artigo: “Vevé, só eu sei que você roubô o dinheiro. Estou lhe esperando na entrada do Caminho de Areia”. No lugar marcado ele encontrou Manoel Muniz, fiscal da prefeitura, que recebera cinco cruzeiros para se passar por portador da intimidação e que nada sabia sobre o caso. Everaldo pediu-lhe que o acompanhasse até a fábrica para desfazer mal-entendidos. Ao chegarem no escritório, diante de todos, Everaldo interpelou o homem e, sem qualquer hesitação, Manoel apontou para o gerente Luiz Carlos, reconhecendo-o como autor do bilhete. “Demonstrando aborrecimento”, testemunhou Eunice, Luiz Carlos exclamou: “– Luiz Carlos: Eu? / – Manoel: Foi o senhor mesmo quem me entregou a carta”.

Em seguida o gerente chamou o homem de parte e a conversa prosseguiu a portas fechadas¹⁷

Investigação policial e outras suspeitas

A chegada ao caso do comissário de polícia Argobasto de Oliveira mudou significativamente os rumos da investigação. Diante dele, que não suspeitou apenas dos funcionários arrolados na queixa e perseguidos pela fábrica, as testemunhas expressaram abertamente suas desconfianças e até fizeram exigências, como Everaldo – o trabalho do policial infiltrado pela gerência não levou ao processo qualquer registro, indicando que ele só atendia a interesses patronais. As testemunhas não registraram suspeitas sobre João nem Everaldo, mas colocaram em xeque o comportamento do gerente Luiz Carlos – sobre quem, entre outras coisas, atribuíam aproximações excessivas com Eunice. Para o contador José Calazans, Eunice era “uma funcionária antiga, cumpridora dos seus deveres, não conhecendo [...] nenhuma falta por ventura cometida por ela”, e apesar de trabalhar afastado de Luiz Carlos, reconhecia a boataria altissonante que os de baixo faziam circular:

Muito embora o seu serviço não tenha ligações com o operariado, não tendo contato com eles, veio a saber por intermédio de colegas do escritório que os operários dizem abertamente que o autor do desvio [...] fora o senhor Luiz Carlos.¹⁸

Com isso em vista, o comissário se aprofundou nas relações entre Eunice e Luiz Carlos, afinal, ele geria o setor de pessoal e o dinheiro furtado estava na mesa dela. João Maia registrou que o gerente “mostra-se muito camarada com os funcionários, entretanto é um pouco pirracento” e que existia “muita camaradagem” entre ele e Eunice, inclusive “tem tido oportunidade de vê-los cochichando”. João também endossou suspeitas contra seu superior: “Os comentários que tem ouvido, todos eles giram em torno do nome do senhor Luiz Carlos”.¹⁹ Outro funcionário achava que Luiz Carlos e Eunice “são muito camaradas, muito amigos”,²⁰ um

17 APEB. *Depoimento de Eunice Souza*, 6 nov. 1957. Autos 205-167-2, fls. 47.

18 APEB. *Depoimento de José Calazans*, 19 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 30. Usado no parágrafo seguinte.

19 APEB. *Depoimento de João Maia*, 10 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 17-18.

20 APEB. *Depoimento João Aureliano*, 10 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 16.

tipo de suspeita que chegava aos olhos de outros funcionários, ao ponto de um deles apimentar a investigação: "Corre a fama que [Luiz Carlos] é namorador e conquistador".²¹

Se Luiz Carlos aparecia como sedutor, mais de uma vez as testemunhas responderam se sabiam de algo que "desabonasse a conduta" de Eunice, uma notória distinção no tratamento dispensado ao homem, superior no cargo, e à mulher, sua subordinada. O policial chegou a ouvir de uma testemunha que entre os dois "existe apenas relações de camaradagem, de chefe para com funcionário", e que Luiz Carlos "mostra-se muito camarada com os funcionários", mas não há qualquer registro de que ele tenha apurado eventuais aproximações de Luiz Carlos com algum homem do escritório: somente aproximações entre o gerente e Eunice chamavam atenção dos colegas, reverberando no trabalho do investigador.²²

Outra distinção entre os homens do escritório e Eunice, uma das poucas mulheres do setor,²³ se revela no estranhamento de um funcionário quanto o comportamento dela após o furto, anunciando "que não iria pagar nada", e por isso causando "estranheza a maneira como ela se expressara, não demonstrando nenhum abatimento em face do que lhe havia acontecido". Segundo ele, "vários empregados da fábrica têm comentado a despreocupação de dona Eunice em face do ocorrido".²⁴ Ainda que colegas estranhassem o excesso de segurança da mulher, o comissário não suspeitou de seu no furto e diante da autoridade ela não hesitou em reconhecer: "Efetivamente tem ouvido sussurros de operários que dizem que a Companhia não tem interesse em apurar o fato porque certamente o autor ou autores são 'gente grande'". Eunice dizia não ter motivos para suspeitar do gerente Luiz Carlos, "porque ele sempre demonstrou-lhe amizade e consideração", mas reconhecia que "depois do fato [ele] está um tanto diferente do que era".²⁵ Ela não chegou a ser diretamente perguntada sobre sua relação com o gerente, mas as memórias de seus familiares guardam fragmentos disso que não respigaram nas folhas do processo em tela – assunto para logo mais.

A cada novo depoimento o comissário parecia mais certo de que o furto era coisa de "gente grande" e que a direção da fábrica não pretendia apurá-lo efetivamente. O gerente Luiz Carlos foi chamado às falas pelo policial em quatro ocasiões e apenas ele depôs tantas vezes assim, sendo confrontado com outras versões e com novos elementos da investigação.²⁶ O comissário não mencionou os excessos cometidos contra o servente João, mas interpôs

21 APEB. *Depoimento José Borges, 10 out. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 15.

22 APEB. *Depoimento de Domingos Almeida, 9 out. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 12-13.

23 CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19. *Documento "Vencimentos aprovados", 7 jul. 1960*.

24 APEB. *Depoimento João Maia, 10 out. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 17-18.

25 APEB. *Depoimentos de Eunice em 5 out. 1957 e 6 nov. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 6 e 47.

26 APEB. *Depoimento de Luiz Carlos Drumond, 6 nov. 1957*. Autos 205-167-2, fls. 51. Fonte usada ao longo do parágrafo e no seguinte.

perguntas sobre o tratamento dispensado a Everaldo, e o gerente disse que pautou suas suspeitas porque ele "era noivo e vivia constantemente emitindo vales sobre seu ordenado", também por "ele ser ele um rapaz inexperiente". O bilhete anônimo que ele teve de confessar que mandou entregar a Everaldo serviria "para que ele confessasse a falta cometida", o que garantiu ter feito com anuência da direção da Companhia. Porém, o gerente reconheceu:

Suas suspeitas se desvaneceram no momento em que [Everaldo] se mostrara aborrecido, protestando contra tal acusação e se dirigindo para o local onde o autor da carta anônima marcara o encontro", quando "dúvida não teve quanto a não ser ele o autor do desvio.

Note-se que a firmeza de Everaldo ante a pressão do superior fez o gerente recuar, afinal, seu nome sequer foi listado pelo gerente a registrar queixa na polícia – ao contrário de Eunice, que teve seu nome indicado. O comissário insistiu com perguntas que confrontavam o gerente com a sua arbitrariedade e que pareciam lhe constranger:

- Comissário: Foram efetuadas buscas na casa dos funcionários apontados como suspeitos?
- Luiz Carlos: Negativamente.
- Comissário: Na altura em que se encontra os fatos, o interrogado já pode fazer suspeita sobre este ou aquele funcionário ou operário?
- Luiz Carlos: Negativamente.
- Comissário: É do conhecimento seu de que na fábrica andam fazendo comentários em torno do seu nome como possível autor do desvio do dinheiro?
- Luiz Carlos: Negativamente.

A essa altura da investigação, o comportamento evasivo do gerente estava em franca oposição ao de Everaldo, um acusador loquaz. Em salutar acréscimo ao que percebeu Boris Fausto, não eram apenas as classes subalternas que se inibiam diante do aparato policial, aqui, é o gerente Luiz Carlos que parece intimidado. Assim, Everaldo desafiava relações e hierarquias de classe bem estabelecidas – algo que o servente João não pôde fazer.

Mas o comissário não estava satisfeito com os rumos da investigação e não pretendia deixar de ouvir os senhores daquela fábrica, o que não foi fácil. Ele precisou insistir bastante para ouvir o septuagenário João Tarquínio, então presidente da Empório e primogênito de Luiz Tarquínio, industrial baiano que fundara a Companhia no século XIX e que dava nome à larga avenida em que estavam erguidas a Boa Viagem e sua vila. O comissário enviou pelo

menos três ofícios convidando – não eram intimações – o industrial a comparecer à delegacia e depois de muita insistência ambos se encontraram ali.²⁷

João Tarquínio morava distante de sua fábrica, na aprazível rua da Graça, no bairro de mesmo nome. Se o funcionário Nelito comprasse a caixa de cerveja que o patrão encomendou nas imediações da fábrica dificilmente conseguiria entregá-la a pé. Por sua vez, o gerente Luiz Carlos, morador do Largo da Vitória, poderia visitar o patrão caminhando e sequer suaria as mangas da camisa. Mais próximo de seus funcionários de categoria, Tarquínio contou ao comissário que "teve conhecimento [do furto] por intermédio de outros diretores e de funcionários". Insinuando que os boatos estrepitosos de operários não chegavam a seus ouvidos, ele garantiu que "não teve oportunidade de ouvir comentários". Porém, Tarquínio confirmou ter recebido as cartas mencionadas por Everaldo, uma notícia que pareceu incomodá-lo mais pela forma que pelo conteúdo, pois "os denunciadores anônimos não tiveram ainda a coragem de, pessoalmente, darem a denúncia". Até aquele momento, ele tinha advertido apenas Eunice, "pelo fato de ter deixado tão avultada quantia na gaveta".

Tal qual as demais testemunhas, Tarquínio tinha as suas próprias suspeitas: "Enquanto não for apurado qual o autor ou autores do furto [...] suspeita de todos os funcionários". Mas o patrão era mais discrição do que insinuava e o comissário Argobasto percebia isso. Então ele perguntou se Tarquínio sabia que o gerente alterava folhas de pagamento e fazia retiradas por conta própria, mas o diretor negou sem registrar qualquer desagravo.²⁸ Nos limites da literalidade que guarda o depoimento, é possível recompor o diálogo entre eles e conhecer o manifesto incômodo do comissário ante a inoperância e o sectarismo patronal:

- Comissário: A Companhia abriu algum inquérito administrativo para apuração do furto?
- Tarquínio: Fizeram um inquérito muito superficialmente.
- Comissário: Nesse inquérito foi apurado alguma coisa contra o funcionário Everaldo e, no caso negativo, qual o motivo da sua demissão?
- Tarquínio: Nada fora apurado contra ele, tendo se verificado a sua demissão porque os seus serviços muito deixavam a desejar.
- Comissário: Durante o tempo em que o referido funcionário servira à Companhia foi por ele cometida alguma falta grave?
- Tarquínio: Falta grave, não, porém seus serviços não eram perfeitos, eram deficientes [...] tanto assim que o lugar por ele ocupado ainda se encontra vago e não vai ser preenchido.

27 Para os ofícios remetidos pelo comissário, Cf.: APEB, Autos 205-167-2, fls. 60; 62; 64.

28 APEB. *Depoimento de João Tarquínio, 8 jan. 1958*. Autos 205-167-2, fls. 65. Usada nos parágrafos seguintes.

Novamente a ingerência do policial nos assuntos da fábrica registrou no processo uma informação valiosa: àquela altura Everaldo fora despedido e aparentemente era o único, embora nenhuma “falta grave” pesasse sobre ele, para incômodo do comissário, que se via diante das arbitrariedades patronais e impedido de apurar a autoria do furto. Com disposição para prosseguir nas investigações, ele solicitou os bilhetes que Tarquínio recebera – exigência do próprio Everaldo, aliás – e novamente precisou insistir para ser atendido. Só os recebeu três meses depois do depoimento.

Identificações e opressões cruzadas

Apesar de nada terem acrescentado às investigações, os bilhetes anônimos que chegaram às mãos do comissário são fontes bastante reveladoras para a pesquisa histórica. Um deles foi escrito por Luiz Carlos com letra caprichada.²⁹ No outro, deixado na caixa de correio da fábrica antes de a polícia entrar no caso, seu autor fez questão de tratar com a maior autoridade que tinha diante de si aos garranchos, recorrendo à mesma informalidade que devia usar em conversas com seus pares e ferindo suscetibilidades ortográficas, além de outras – ou seja, rompendo frontal, mas defensivamente, a cadeia de comunicação defendida por Tarquínio.

De próprio punho, seu autor escreveu: “Zeca contino roba café da companhia e vende no armazem vitoria e no armazem Bôa Viagem e é autor tambem do robo do dinheiro com o Luiz Carlos, e Veve e o Nego da Porta que eu não cei o nome” (sic). Empenhado em ampliar os termos da denúncia, prosseguiu sem floreios: “Dia de domingo e feriado Zeca fica no *escritorio* com uma garrafa de *caxasa* e uma mulher fudendo ai em cima” (sic). Decerto percebendo as distinções e hierarquias que separavam os pavimentos da Boa Viagem, o trabalhador fincou posição em um setor específico para justificar seu anonimato: “Não *asino* meu nome *porque* não quero me meter em bolo mais estou trabalho na *ofisind*” (sic).³⁰ Pelo tanto que revela de imediato e pelo aprofundamento que inspira, a fonte é superlativamente rica.

Quando ele veio a lume já era antigo entre os dirigentes da Boa Viagem o esforço para controlar o comportamento dos operários, com especial destaque para a circulação dos boatos que corriam ao rés da fábrica. Em 1901, Luiz Tarquínio acusou o recebimento do que chamou de “papéis vis” nos seus *Preceitos Moraes e Cívicos*.³¹ Com eles o industrial combatia a embriaguez, os mexericos e as maledicências – tudo que o operário anônimo denunciou

29 APEB. *Bilhete*, s/d. Autos Criminais 205-167-2, fls. 80.

30 APEB. *Bilhete*, 2 out. 1957. Autos 205-167-2, fls. 79.

31 CEDOC/UEFS, FLP, cx. 20.

voluntariamente em 1957 – e condenava com veemência o anonimato, um desgosto que seu filho João herdou com seletivas ressalvas. Segundo Luz Tarquínio, quem identificasse “em algum companheiro falhas que possam prejudicar a comunidade e perturbar a geral harmonia” deveria comunicar aos superiores, pois não haveria motivo para esconder-se: “Os chefes têm bastante critério para chamar ao bom caminho os transviados sem comprometer a quem lhe dá uteis avisos”, mas para muitos trabalhadores esse não devia ser o caso do gerente Luiz Carlos.

Nos anos 1950 a companhia que João Tarquínio presidia ainda empregava operários dados boatos e cartas anônimas, rejeitando alguns preceitos patronais – para desgosto dos Tarquínio –, mas reproduzindo outros – como a condenação ao consumo alcoólico, fosse sincera ou não. E um artigo publicado pouco depois na Revista de Administração de Empresas mostra como os radares patronais deveriam estar alertas para aquele desvio: “No boato há um desejo secreto que está requerendo esclarecimento”, analisa o autor, que equiparava essa ocorrência às greves, por serem manifestações que só se desencadeiam coletivamente (Kanner, 1965, p. 111-114). E o bilhete anônimo possui inúmeras e expressivas marcas coletivas.

O bilhete foi encimado por uma informação utilíssima: ele foi escrito em 2 de outubro de 1957, uma quarta-feira, dia de serviço na Boa Viagem, indicando que seu autor preferiu não escrevê-lo no domingo, único dia de folga de que dispunha. Por isso o bilhete foi escrito logo cedo, com a pressa de quem não podia se atrasar, ou à noite, sob o cansaço de muitas horas de trabalho fabril. Outra hipótese é que ele tenha sido escrito dentro da fábrica, com seu autor esgueirando-se de olhares curiosos ou cercado por gente em quem confiava. E mesmo com dificuldade ele dominava recursos suficientes do português escrito para registrar o que queria e seu letramento rudimentar o distinguia de outros trabalhadores que só assinavam o nome – o que ele se recusou a fazer por opção. As circunstâncias em que o bilhete foi redigido demonstram que o furto foi uma ocasião para este trabalhador manifestar sua ética pluralmente ferida, indicando que o registro de sua opinião era uma tarefa inadiável. E são profundas as diferenças entre essa fonte e outras vozes registradas no processo em tela.

Como notou Farge (2022, p. 99), os trabalhadores não deixam representar a si mesmos porque são menos hábeis no manejo da escrita e, como o bilhete mostra, se protegidos pelo anonimato, alguns o fazem nos seus próprios termos. Leite Lopes (1988, p. 22) percebeu que a mediação entre a experiência e a consciência de classe é feita por valiosas linguagens de classe, que são externas ao grupo, com efeito prescritivo, ou elaboradas no seu interior, validando seus modos de vida. Essas linguagens são interiorizadas e passam por um processo de “reinvenção criativa”, forjando a identidade desses sujeitos e inventando-os politicamente. Muito do que caracteriza tal “reinvenção” aparece no tratamento que o anônimo dispensou às pessoas a quem acusou, reproduzindo ou relativizando hierarquias e valores de seu entorno: João Tarquínio foi tratado como “Ilmo. Sr.”, Luiz Carlos não recebeu qualquer vênua pronominal; Everaldo e José Vasconcelos foram tratados por apelidos; enquanto o jovem porteiro Waldomiro, com aparente indiferença, foi o único referenciado por seu posto e sua

cor, que era preta.

Nomes, apelidos e pronomes guardam muitas distinções nos mundos do trabalho. Era praxe que nas fábricas têxteis todo chefe fosse chamado de "senhor" ou "doutor", independente de possuírem grau universitário ou não, mas o gerente – talvez considerado um "rato de gravata" pelo anônimo –, não recebeu nada disso (Pereira, 1979, p. 74). E um trabalhador pernambucano que muitas vezes foi chamado às falas pelo gerente orgulhava-se do fato de o superior não o tratar pelo nome: "Me chamava pelo nome de guerra, que todos os companheiros na fábrica têm nome de guerra". Orgulhoso, ele anunciava: "Meu nome de guerra era Castanha" (Leite Lopes; Alvim; Brandão, 2008). Ao chamá-lo assim, o gerente reconhecia e endossava o tratamento que Castanha recebia dos pares e que era um dos indicativos de seu pertencimento ao grupo – o mesmo que aconteceu com Vevé, que foi tratado assim no bilhete assinado pelo gerente e no remetido pelo anônimo "da oficina".

Esta, aliás, é uma informação que não pode ser confirmada, mas se for procedente, o mais provável é que seu autor fosse mesmo um homem, e bastante cioso de seu posto. Leite Lopes (1988, p. 315-316) percebeu que as oficinas empregavam exclusivamente homens e que uma colocação ali era conquistada com muito esforço, o que garantia a seus trabalhadores um sentimento importância em relação aos demais, um orgulho pelo tipo de trabalho que eles exerciam. Pouco tempo antes do furto, o controle de frequência mostra que havia treze homens cuidando do motor que gerava energia para a fábrica e outros treze ocupados na oficina, entre os quais havia uma única mulher, talvez encarregada da limpeza do setor – é o mais provável.³²

Portanto, dada a importância da oficina, talvez o anônimo sequer trabalhasse ali e apenas quisesse respaldar o teor de suas acusações.

E muito do que ele revelou no bilhete pode ser ampliado pelo depoimento de um têxtil carioca, Enerito Lopes, mecânico cioso dos teares de uma fábrica em Magé entre 1952 e 1978:

Eu sou um profissional que posso dizer sem convencimento: sou uma pessoa bem competente [...] Eu consertava as máquinas, eu dava manutenção, eu conhecia quando as máquinas estavam ruins [...] mesmo com pouco estudo [...] Teve uma moça aí que veio do SENAI [...] Eu apresentei a ela o meu trabalho [...] quando eu terminei ela disse: Mas o senhor sabe fazer isso com tão pouco estudo?. Eu falei: Exatamente. Ela ficou apavorada porque eu era espontâneo [...] Ah! O senhor é o contramestre daí?. Eu dizia: Enquanto eu tiver ferramenta, enquanto eu tiver salário e apoio, eu sou" [...] Na minha

32 CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19. Documento "Relação dos operários trabalhando", 24 ago. 1955.

sessão eles nunca fizeram uma calibragem [...] das máquinas mais do que a gente.³³

Enerito esbanjava orgulho de suas funções, assegurando que para tanto prescindiu de estudo formal e no caso dos têxteis de Magé, onde havia forte presença de trabalhadores de origem rural, a fala de Enerito demonstra que tal origem não desguarnecia o funcionamento dos teares nem os orgulhos de uma classe em constante formação (Ribeiro, 2015). Sua fala prossegue demonstrando, por outro lado, os cuidados de Enerito para não se meter em bolo:

Eu sempre fui uma pessoa de me envolver em poucas coisas. O que eu me envolvia muito era futebol [...] Estudei pouco, sou um pouco inteligente porque pelas coisas que eu já fiz se a gente não for um pouco inteligente a gente não consegue, né? Mas eu não me envolvia em política, não me envolvia em nada e falava pouco. Falava pouco, o mínimo possível, e quando eu falava, falava certo, né?

Aparentemente alheio à política e assíduo no futebol, a seu modo Enerito também evitava riscos, para isso só falava “o certo”, razão, entre outras, para se considerar inteligente. Gozando do prestígio de seu posto de trabalho, ele lembrou: “A gente quando ia pedir um aumento de salário, como aconteceu comigo, eu falei diretamente com o diretor da fábrica e ele mandou que me aumentasse um pouco, meu chefe quis até brigar comigo”. Como contramestre, ele orgulhava-se de evitar problemas sem deixar de reivindicar o essencial, rompendo hierarquias e estabelecendo relações diretas com os patrões, quando também podia enfrentar resistência entre seus pares. As memórias desse trabalhador qualificado expandem ainda mais o sentido da denúncia sobre o furto na Boa Viagem impressa no bilhete anônimo e sobre o “bolo” em que se inseriam seus trabalhadores, mesmo quando tentavam evitá-lo.

Mas em seu afã acusatório e protegido pelo anonimato, o autor do bilhete sugeriu uma associação inusitada em torno do furto, composta por Luiz Carlos (gerente), Zeca (contínuo), Vevé (auxiliar na contabilidade) e Waldomiro (porteiro), colocando no mesmo “bolo” e numa aliança improvável os principais antagonistas no processo – indício de como ele percebia os “de cima”, identificando uma unidade que podia existir somente na sua perspectiva. A carga de suas diatribes se voltou contra gente de toda a fábrica, mas não com a mesma intensidade: ele denunciou pequenos privilégios e transgressões que lhe pareciam graves, marcou sua distância em relação ao porteiro Waldomiro, acusou o gerente nos termos da boataria que

33 Sem que tenha sido possível apurar maiores informações sobre sua autoria, o documentário *O apito da fábrica* (2013), Usada nos parágrafos seguintes, está no *Youtube* (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E78_C3nsi5A. Acesso em: 2 mar. 2024).

circulava pela fábrica, mas sem demonstrar graves indisposições com ele, assim como fez com Vevé, incluído como cúmplice do furto sem qualquer impropério.

Seu desagravo foi mais acentuado com o contínuo Zeca, que se abastecia com o café do escritório e ainda subvertia seu funcionamento com mulheres e bebida – mas cachaça, porque cerveja era bebida mais cara, consumida aos engradados na casa dos Tarquínio. E para tanto Zeca, considerado branco na delegacia, contaria com a cumplicidade do porteiro Waldomiro, de quem o anônimo marcou firme distância, inspirado – quem sabe – por critérios diversos: o tempo de fábrica que eles tinham e a diferença de idade que os separava, já que o porteiro era bastante jovem; pelos postos que ocupavam, como quis fazer crer o anônimo ao se estabelecer na oficina; e eventualmente pela cor da pele de ambos – a do anônimo é tão desconhecida quanto sua firma.

Menos qualificados que o acusador da oficina, o contínuo e o porteiro tinham lá as suas prerrogativas e algumas delas contrariavam o anônimo sem ter implicado em sanção imposta pelos de cima. Zeca, por exemplo, tinha as chaves do escritório e poderia ganhar um extra vendendo o que recolhia ali no fim de semana ou apenas poupar alguns vinténs de seu ordenado consumindo as sobras em casa. E se ele não recebeu ofensas ou denúncias racializadas, não escapou de suspeitas que lhe atribuíam o consumo tão popular do destilado de cana, a cachaça, o que não o impedia de, eventualmente, faturar a simpatia de alguma mulher da vizinhança. A julgar pela veracidade dos termos da acusação, é de se considerar também que o escritório fosse um ambiente mais confortável que a oficina para subversões como as que pesavam sobre Zeca, detentor de algumas prerrogativas que poderiam avivar o despeito de um mecânico com acesso franqueado somente à oficina.

Um dos poucos contemporâneos do furto ainda vivo é um dos irmãos de Eunice, que se lembra de alguns dos envolvidos, mas não do episódio. À época, Walter era contramestre da fábrica e pouco depois seria promovido a auxiliar de escrita, o que levou a firma do gerente Luiz Carlos à sua carteira de trabalho, classificado por ele de “meio bandido”: “Ele representava a diretoria, mas não era uma pessoa, assim, de muita confiança”.³⁴ Walter não reconhece quase nenhum dos nomes aqui citados, mas contou que todo mundo ali tinha apelido e se lembrou somente do contínuo Zeca ou Zeca Três Pernas: “Esse eu me lembro”, contou Walter rindo bastante e sem precisar explicar as razões do apelido, que pode muito bem ter chegado aos ouvidos – e olhos, quem sabe – daquele colega tão contrariado da oficina.³⁵

Quanto ao porteiro Waldomiro, a maneira como o indicativo racial foi escrito (“nego da porta”) não possui um sentido unívoco e puramente racista, afinal, pouco tempo antes Donald Pierson (1971, p. 34) e Thales de Azevedo (1996, p. 36-38) perceberam que os termos *meu nêgo* e *aquele nêgo* possuíam conotações opostas: enquanto o primeiro indicava proximidade

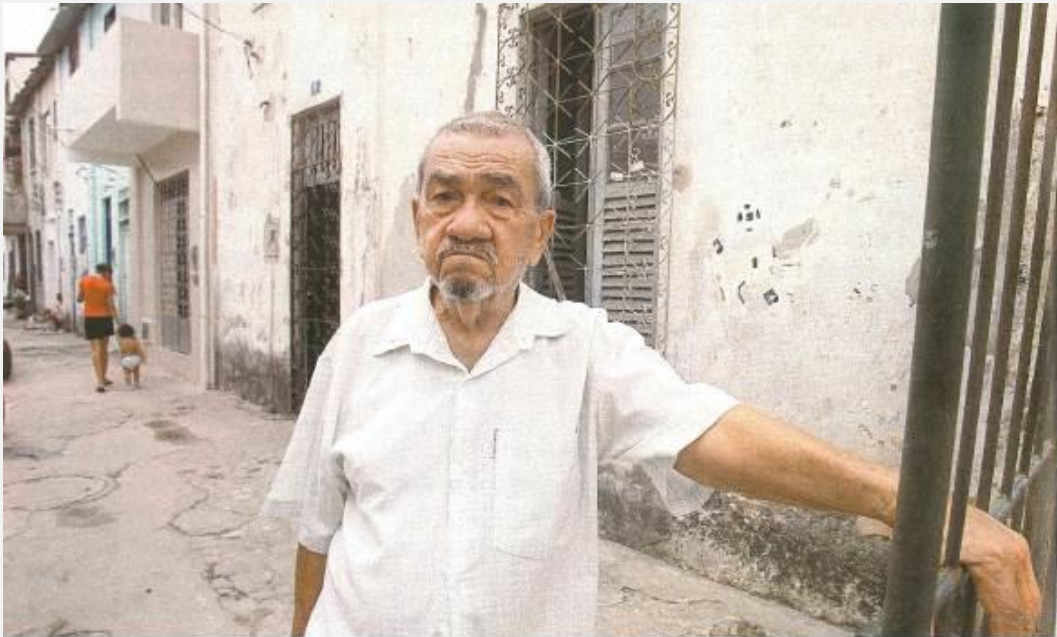
34 Acervo da família Pinto de Souza. Carteira de trabalho Walter Pinto de Souza.

35 Entrevista com Walter Pinto de Souza, 11 nov. 2021.

e carinho, o segundo era racista e excludente. Tal variação se repete nos sentidos atribuídos ao termo *branco*, que podia atribuir prestígio a uma pessoa sem considerar a cor de sua pele, em contraste com *preto*, que poderia se referir a uma pessoa negra, a alguém de *status* considerado inferior ou simplesmente a um inimigo pessoal. Mas o tom racial e consideravelmente preconceituoso do bilhete tem sentido ampliado por sua dimensão classista, já que Waldomiro foi assim referido por um colega mais prestigiado "da oficina". Portanto, apesar de muitas incertezas, a forma como o jovem porteiro foi tratado pelo missivista era racializada e de classe, guardando sentidos múltiplos que se somavam para afastá-los, segundo a ótica de um trabalhador que talvez se atribuísse alguma superioridade profissional e, quiçá, de cor. E tal percepção, bastante nítida quando se tem em vista que a maioria dos funcionários do escritório foi considerada "branca" na polícia, demanda aprofundamento e socorro de outras fontes.

Dois sujeitos já citados aqui, ambos com trajetória longa e ascendente na contabilidade da Boa Viagem, deixaram registros das classificações de cor a que estavam submetidos e da instabilidade de seus critérios. Em 1953 José Calazans compareceu à delegacia para depor sobre outro furto na fábrica também na condição de testemunha e livre de suspeitas: ele estagiava no escritório sem ter concluído sua formação em contabilidade e foi considerado pardo, mas em 1957, quando chefiava as contas da fábrica, diferente de muitos funcionários considerados pobres, ele foi apontado como alguém "de condição econômica regular" e branco.³⁶ Nelito, por sua vez, foi considerado branco e pobre em 1957, mas quando tirou a segunda carteira de trabalho, em 1969, foi registrado como moreno na repartição trabalhista.³⁷ Se estivesse numa delegacia, talvez pudesse ser novamente considerado branco, afinal já tinha avançado bastante na hierarquia da Boa Viagem, tal como parece ter acontecido com seu colega. Em ambos os casos, é possível perceber que a categoria branca – pelo menos aos olhos da polícia – era um atestado de prestígio, e, especialmente sobre Nelito, é possível que cada leitor faça a própria análise sobre sua cor, dado que em 2004 ele apareceu em uma reportagem sobre a vila operária.

Figura 1- Fotografia de Nelito Mendes, considerado “branco” ao comparecer à polícia em 1957 e moreno na delegacia do trabalho em 1969



Fonte: Mônica Celestino, *Memória da Bahia II* (2004).

Segundo Azevedo (1996, p. 39-40), muitas pessoas classificadas como brancas na polícia nos anos 1950 eram “provavelmente mestiças de diversos tipos”, mas ocasionalmente embranquecidas. Thales de Azevedo e Donald Pierson perceberam que as classificações em Salvador de cor se pautavam em categorias instáveis e imprecisas, levando em consideração cor da pele, traços físicos, postos de trabalho e formação escolar, posição e prestígio social de alguém etc. Como mais recentemente confirma Lilia Schwarcz (2012, p. 12), “a identificação racial é quase uma questão relacional no Brasil”, por isso, “varia de indivíduo para indivíduo, depende do lugar, do tempo e do próprio observador”, além de serem volúveis, “assim como a subjetividade das situações”. Mas ao contrário do que Azevedo e Pierson concluíram, em vez de eliminar preconceitos, a prescrição de posições subalternas aos negros cria estigmatizações racializadas e racistas (Bairros, 1988). É o que parece ter acontecido com o jovem porteiro preto Waldomiro segundo a classificação registrada no bilhete anônimo.

Portanto, na linha reta, vertical e quase frontal que seu autor estabeleceu entre si e a maior autoridade que reconhecia ali, ele infringiu algumas normativas patronais enquanto reproduzia diversos valores, preconceitos e hierarquias correntes no mundo que o cercava, evitando se meter em bolo, mas insistindo em se posicionar. Sem fazer parte de um movimento de reivindicação amplo, ao contrário, esse bilhete ferino sinaliza muitas fraturas daquele coletivo, mostrando alinhamentos eventuais e diferenças de uma perspectiva

bastante singular. A excepcionalidade do caso investigado também explica as razões de o comissário de polícia ter se mostrado tão disposto a escutar os envolvidos, alguns igualmente dispostos a falar, e as peculiaridades da investigação, que precisou ser cuidadosa, refletem o quanto a polícia teve de respeitar o poder patronal dos portões da fábrica para dentro e de quebra – para regozijo da História – mostra como aqueles trabalhadores respondiam a isso.

Ingredientes, interseções e fricções: palavras finais

O comissário Argobasto encerrou o inquérito sem poder indiciar alguém pelo furto, “o que achamos difícil de se provar, se não impossível”, relatou sem esconder as suspeitas que nutria sobre o gerente e reclamando da falta de interesse da direção da fábrica, que não permitiu perícia na gaveta de Eunice, segundo ele, essa sim, uma falta grave: “As providências adotadas por quem iniciou as diligências [...] foram mais que deficientes”.³⁶ Mas é certo que Vevé foi demitido e, tudo indica, mais por desagradar seus superiores do que por qualquer desfalque. E se o comissário parecia suspeitar de que o furto era uma trama para a empresa dispensar um funcionário indesejado, ainda não foi possível encontrar nos arquivos baianos registro de eventual reparação que Vevé tenha pleiteado noutros fóruns, no que ele seria mais um exemplo de trabalhadores que recorriam à Justiça do Trabalho contra o poder patronal, fossem eles perseguidos ou autores de flagrantes desvios (Negro; Souza, 2013; Torres, 2023a).

Contudo, em pesquisas informais foi possível descobrir que em 1960 ele se tornou inspetor da Polícia Civil da Bahia, onde se aposentaria décadas depois, e que tinha traços físicos que provavelmente fariam ele ser considerado branco em Salvador. Portanto, Eram muitas as características que o distinguiam de outros trabalhadores daquele ambiente fabril, que, inclusive, podem ajudar a explicar a distância entre ele o servente João, que não parecem ter se associado para denunciar os abusos que sofreram, ainda que estivessem no mesmo “bolo”: o temperamento, suas habilidades profissionais, o gênero, a cor e até um padrinho que Vevé tinha, que fez questão de depor em defesa do afilhado (tratava-se de um homem de 50 anos, considerado branco, casado, pai de três filhos, funcionário público estadual e que ao fim de seu depoimento deixou três pontinhos em forma de triângulo ao lado de sua firma, indício de vínculos maçônicos que poderiam facilitar seu acesso em alguns ambientes – na polícia até).³⁷ Se o emprego do servente João era sustentado por frágeis laços de dependência, Vevé dispunha de recursos mais encorajadores para confrontar seus superiores. Da mesma forma, esses mesmos recursos e muitos outros marcadores sociais ora distinguiam, ora aproximavam os demais sujeitos apresentados ao longo do texto, como o tão citado bilhete demonstrou.

36 APEB. *Relatório*, 26 abr. 1958. Autos 205-167-2, fls. 84-6.

37 APEB. *Depoimento de Oswaldo Santos*, 25 jan. 1958. Autos 205-167-2, fls. 67.

Como já é cediço, a perspectiva interseccional é mais complexa que a mera percepção da multiplicidade de valores e marcadores sociais que operam conjuntamente na reprodução das desigualdades (Hirata, 2014), e, uma vez que é possível identificar a cor dos sujeitos históricos, contornado o desafio que muitas vezes as fontes impõem (Nascimento, 2016), é preciso entender os termos complexos em que ela se manifesta em associação a outros critérios. Da mesma forma, qualquer busca por homogeneidade e integração harmônica nas experiências da classe trabalhadora se mostrará vã e não passará de uma idealização ou, ainda pior, uma incompreensão (Negro, 2015; Torres, 2023b).

Este artigo dividiu fragmentos dos mundos do trabalhador de Salvador a partir de exemplos diversos: no orgulho de trabalhar na oficina de um operário e também no seu presumível preconceito contra um porteiro negro; na intimidade de moradores da vila que se auto-patruhavam para não acionar a vigilância patronal e nos seus entendimentos mútuos; na eventual subversão que o contínuo Zeca realizava no escritório, recolhendo café ou se esbaldando com mulheres e bebida, para incômodo de um operário qualificado. Com este artigo pretendi demonstrar que o bolo da classe trabalhadora tem múltiplos ingredientes e que se combinam a partir de arranjos variados e nem sempre harmônicos. Mostrei como variados componentes (de classe, raciais, etários, dentre tantos outros) possuem sentidos entrelaçados, somando-se ou excluindo-se, e que os critérios de opressão e discriminação não são alheios aos sujeitos oprimidos: além de reconhecê-los, eles os reproduzem individual ou coletivamente. Essas interseções que pululam da pesquisa empírica expressam uma realidade bastante complexa cuja compreensão nem sempre é fácil.

Referências

AZEVEDO, Thales. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador: EdUFBA; EGBA, 1996.

BAIROS, Luiza. O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BIROLI, Flávia; FELIPE, Miguel Luis. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

CELESTINO, Mônica. *Memória da Bahia II*. [S. l.]: [s. n.], 2004.

COLLINS, Patricia Hill. *Toward a new vision: race, class and gender as categories of analysis and*

connection. Memphis: Center for Research on Women, 1989.

CORREIA, Telma Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2022.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GORDILHO, Angela. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador: 1946/1989*. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; AGIER, Michel. Identidades em conflito: técnicos e peões na Petroquímica da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 13, p. 51-68, 1990.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KANNER, Richard. A análise psicológica de tumultos, boatos e greves. *Revista de Administração de Empresas*, v. 5, n. 14, p. 111-114, 1965.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo; Brasília: Marco Zero; Ed. UnB, 1988.

LEITE LOPES, José Sérgio; ALVIM, Rosilene; BRANDÃO, Celso. *Tecido Memória*. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MRsQU4Pt-QI>. Acesso em: jan. 2024.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.

NEGRO, Antonio L. Não é todo dia que as coisas ocorrem do jeito que a gente quer. Cultura operária, cultura fabril e dignidade do trabalhador. *Palestra apresentada no Seminário Culturas operárias: trajetórias, memórias e herança geracional*. São Paulo, SESC, 30 set. 2015.

NEGRO, Antonio L.; SOUZA, Edinaldo A. O. Que 'fosse procurar os seus direitos'. A Justiça do Trabalho e o poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-

1948). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando T. da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, v. 18, p. 217-240, 2006.

PAMPONET, José Luiz. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

PEREIRA, Vera M. Candido. *O Coração da Fábrica: Estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. Estudo de contato racial. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1971.

RIBEIRO, Felipe. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo (Org.). *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2019.

SANTOS, Marilécia. *O viver na "Cidade do Bem": tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SARDENBERG, Cecília M. B. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015.

SCHWARCZ, Lília M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, 'raça', sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, v. 14, p. 16-42, 2006.

TORRES, Lucas Porto Marchesini. "Não vende a operários, só a compradores de confiança": interações e experiências cotidianas da classe trabalhadora de Salvador (BA) nos anos 1950. In: RIBEIRO, F. A. dos S.; MELLO, J. da S. B. de; TORRES, L. P. M. (Org.). *Tem pano pra manga: histórias do trabalho têxtil no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2023a.

TORRES, Lucas Porto Marchesini. *O perfil do administrador que a empresa precisava?: mobilidade social, escrita de si e marcadores de diferenças na trajetória de Antônio Arantes (Salvador/BA - 1930-2009)*. 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2023.